



FISCAL DE TRIBUTOS / ADMINISTRAÇÃO

- 31. (CONCURSO CRATO/2021) Racionalidade é um conceito muito voltado para a burocracia e implica na adequação dos meios aos fins. Segundo Max Weber, a burocracia tem as seguintes características, EXCETO:**
- A) Pessoalidade nas relações.
 - B) Rotinas e procedimentos.
 - C) Hierarquia da autoridade.
 - D) Caráter legal das normas e regulamentos.
 - E) Completa previsibilidade do funcionamento.
- 32. (CONCURSO CRATO/2021) Toda organização toma decisões e determina objetivos que pretende atingir. Tudo isso alinhado ao seu nível hierárquico. Quando os objetivos são específicos e imediatos, situados em curto prazo e relacionados com determinadas tarefas de produção, é visto como sendo um:**
- A) Objetivo Estratégico.
 - B) Objetivo Tático.
 - C) Objetivo Operacional.
 - D) Objetivo Genérico.
 - E) Objetivo Matricial.
- 33. (CONCURSO CRATO/2021) A Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais (CHIAVENATO, 2003). A função administrativa que determina antecipadamente os objetivos a alcançar e o que deve ser feito para alcançá-los é conhecida como:**
- A) Planejamento.
 - B) Organização.
 - C) Direção.
 - D) Controle.
 - E) Coordenação.
- 34. (CONCURSO CRATO/2021) De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios, EXCETO:**
- A) Legalidade.
 - B) Moralidade.
 - C) Publicidade.
 - D) Ambiguidade.
 - E) Impessoalidade.
- 35. (CONCURSO CRATO/2021) O processo de "aplicar pessoas" nas empresas envolve:**
- A) Incentivos por meio de recompensas.
 - B) Recrutamento e seleção de pessoal.
 - C) Monitoramento de resultados.
 - D) Treinamento e desenvolvimento.
 - E) Análise e descrição de cargos.
- 36. (CONCURSO CRATO/2021) Quando o clima organizacional é considerado ruim ou desfavorável os sinais se tornam visíveis e gera consequências prejudiciais no ambiente de trabalho. Já quando o clima é bom ou favorável é possível identificar:**
- A) Conflitos e problemas interpessoais.
 - B) Reações por meio de greves.
 - C) Alto índice de absenteísmo.
 - D) Elevação da moral das pessoas.
 - E) Queda de produtividade.
- 37. (CONCURSO CRATO/2021) Reconhecimento, por parte de uma pessoa, de que a outra tem o poder legal de influenciá-la e de que ela tem por obrigação aceitar essa influência é um tipo de poder conhecido como:**
- A) Poder de recompensa.
 - B) Poder de talento.
 - C) Poder de referência.



- D) Poder coercitivo.
- E) Poder legítimo.

38. (CONCURSO CRATO/2021) É um diagrama utilizado para representar, por meio de símbolos gráficos, a sequência de todos os passos seguidos em um processo. Qual ferramenta da Gestão da Qualidade possui essas características?

- A) Diagrama de Ishikawa.
- B) Fluxograma.
- C) Carta de Controle.
- D) Folha de verificação.
- E) Diagrama de Pareto.

FISCAL DE TRIBUTOS / CONTABILIDADE

39. (CONCURSO CRATO/2021) O orçamento público transforma-se em lei após passar por um processo de ampla negociação, em que os governos federal, estadual e municipal deixam claro como pretendem gastar a curto e médio prazo os recursos arrecadados com impostos, contribuições sociais e outras fontes de receita. Quanto aos conceitos básicos de orçamento público, o plano plurianual tem como objetivo:

- A) Fixar as despesas públicas e prever as receitas públicas.
- B) Prever as despesas públicas e fixar as receitas públicas.
- C) Definir as diretrizes, os objetivos e as metas para a realização do gasto público.
- D) Estabelecer as regras para a renúncia de receita pública e definir prioridades orçamentárias.
- E) Definir as prioridades para a realização do gasto público.

40. (CONCURSO CRATO/2021) A administração pública divide-se em administração pública direta e administração pública indireta. Faz parte da Administração Pública Direta:

- A) Prefeitura municipal
- B) Sociedades de economias mistas
- C) Autarquias
- D) Fundações públicas
- E) Empresas públicas

41. (CONCURSO CRATO/2021) Segundo a lei 4.320/1964, receita pública é o ingresso de recurso nos cofres públicos compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. De acordo com inciso 2, do art. 11, da Lei n. 4.320, de 1964, são classificadas como receitas de capital as provenientes de:

- A) recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento da estrutura estatal e privada.
- B) tributos, contribuições, taxas, exploração do patrimônio estatal e exploração de atividades econômicas.
- C) alienação de bens, amortização de dívidas, tributos e contribuições de melhoria.
- D) tributos, taxas, constituição de dívidas e exploração de atividades econômicas.
- E) ingressos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos e alienação de bens móveis e imóveis.

42. (CONCURSO CRATO/2021) A execução da despesa orçamentária pública transcorre em três estágios, que conforme previsto na Lei nº 4.320/1964. Em relação às fases das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

- I. A pagamento da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito mesmo antes do empenho.
- II. O empenho da despesa sempre será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- III. A liquidação da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.



IV. A liquidação é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga de forma imediata.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Somente as afirmativas I e II e III estão corretas.
- B) Somente as afirmativas II e III e IV estão corretas.
- C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- D) As afirmativas I, II e IV estão erradas.
- E) As afirmativas I, II, III e IV estão erradas.

43. (CONCURSO CRATO/2021) A Resolução CFC nº 1.129/2008 prevê que os atos e fatos praticados na Administração Pública constituem serviços da Contabilidade que os registrará, em rigorosa ordem cronológica e sistemática, de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços, o levantamento dos balanços, a análise e a interpretação dos resultados econômicos financeiros. Marque a alternativa correta.

- A) O Sistema Orçamentário é representado pelos atos de natureza orçamentária, registrando a receita prevista e as autorizações legais da despesa constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos créditos adicionais abertos.
- B) No Sistema de Custos é demonstrado a despesa fixada e a executada e comparada com a receita prevista e arrecadada no prazo de um ano.
- C) O Sistema de Compensação é constituído das contas que registram as movimentações que concorrem ativa e passivamente para a formação do patrimônio da entidade, ou seja, são registrados os bens patrimoniais (móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores, operações de crédito, dentre outras), sendo elas originadas ou não da execução orçamentária.
- D) No sistema Financeiro são efetuados os registros dos atos e fatos administrativos praticados pelo gestor da entidade, que, direta ou indiretamente, possam a vir afetar o patrimônio da entidade, ainda que de imediato, isto não ocorra, mas possa via a implicar em modificação futura.

E) No Sistema Patrimonial estão compreendidas tão somente as contas com função específica de controle, e que não estão relacionadas a fatos que correspondam a patrimônio, mas que possam vir a afetá-lo.

44. (CONCURSO CRATO/2021) A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre previsão e fixação, receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social, do investimento em empresas e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia mas não incluem inscrição em Restos a Pagar.
 - () As disposições desta Lei Complementar obrigam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, excluindo a União.
 - () A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês atual em referência e nos onze anteriores, incluídas as duplicidades.
 - () O Plano Plurianual conterà Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas anuais, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- A) V - V - V - V.
 - B) F - F - V - V.
 - C) V - F - F - V.
 - D) V - V - F - V.
 - E) F - F - F - F.



45. (CONCURSO CRATO/2021) Restos a pagar são as despesas orçamentárias empenhadas pela Administração Pública na vigência do exercício financeiro corrente e que não foram pagas até 31 de dezembro deste mesmo exercício. Considere os seguintes fatos registrados pelo Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de CRATO (CE), encerrados no exercício de 2019:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$
Previsão Inicial	800.000
Previsão Atualizada	820.000
Receita Realizada	790.000
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$
Dotação Inicial	800.000
Dotação Atualizada	820.000
Despesa Empenhada	790.000
Despesa Liquidada	750.000
Despesa Paga	720.000

Com base nessas informações, a Prefeitura Municipal de CRATO (CE) apurou os valores relativos aos restos a pagar processados de:

- A) R\$ 60.000,00.
B) R\$ 50.000,00.
C) R\$ 20.000,00.
D) R\$ 30.000,00.
E) R\$ 40.000,00.
46. (CONCURSO CRATO/2021) A Lei 3.332 de 08 de maio de 2017 que tem a denominação de CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CRATO (CTMC), tem como fundamento o fortalecimento da tributação social, o enraizamento das diretrizes do Estatuto das Cidades e o desenvolvimento do exercício de cidadania fiscal. Acerca desta Lei marque a alternativa Incorreta.
- A) Os serviços prestados por pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas ou domiciliadas no Município de Crato serão devidos a este Município, mesmo que prestados em outras municipalidades.
B) O lançamento do IPTU será realizado no fim de cada exercício financeiro a que se refere, sendo formalizado

para cada imóvel ou unidade imobiliária dependente, ainda que contíguo, com base nos elementos constantes do Cadastro Técnico Multifinalitário, declarados pelo sujeito ativo ou lançados pelo sujeito passivo.

- C) São fatos geradores do Imposto sobre a Transmissão "Inter vivos" de Bens e Imóveis e Direitos a reais a eles relativos: a transmissão, a qualquer título, da posse com "animus" definitivo, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil e a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
D) A Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e de Prestação de Serviços - TLF tem como fato gerador o licenciamento obrigatório permitindo a localização e o funcionamento, em qualquer ponto do território do Município, dos estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e similares.
E) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP é destinada ao custeio da prestação efetiva ou potencial dos serviços de instalação, expansão, melhoramento, manutenção e operação do sistema de iluminação das vias e logradouros públicos, urbanos ou dos perímetros rurais, assim como ao custeio do consumo de energia dos equipamentos públicos e imóveis de acesso público sob responsabilidade do Município.

FISCAL DE TRIBUTOS / DIREITO

47. (CONCURSO CRATO/2021) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:
- A) construir uma sociedade livre, justa e solidária;
B) garantir o desenvolvimento nacional;
C) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
E) defender a dignidade da pessoa humana



48. (CONCURSO CRATO/2021) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto:

- A) da prevalência dos direitos humanos;
- B) da autodeterminação dos povos;
- C) do repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- D) da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- E) da soberania.

49. (CONCURSO CRATO/2021) São garantias fundamentais relacionados ao direito de propriedade, exceto:

- A) o direito de propriedade é absoluto sendo garantido independente do uso da propriedade desde que não seja para prática de atividade ilícita.
- B) a propriedade atenderá a sua função social;
- C) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição;
- D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- E) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

50. (CONCURSO CRATO/2021) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil protocolou no Supremo Tribunal Federal ação abstrata de controle concentrado de constitucionalidade questionando lei 1234/2021 do Distrito Federal que trata sobre IPTU. Considerando estes elementos e que o CFOAB fez uso da ação correta, que ação foi protocolada:

- A) ADC (Ação Declaratória de Constitucionalidade)

- B) ADO (Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão)
- C) ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental)
- D) ADI Interventiva (Ação Direito de Inconstitucionalidade Interventiva)
- E) ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade)

51. (CONCURSO CRATO/2021) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil protocolou no Supremo Tribunal Federal ação abstrata de controle concentrado de constitucionalidade questionando lei 5678/1989 do Distrito Federal que trata sobre IPVA. Considerando estes elementos e que o CFOAB fez uso da ação correta, que ação foi protocolada:

- A) ADC (Ação Declaratória de Constitucionalidade)
- B) ADO (Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão)
- C) ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental)
- D) ADI Interventiva (Ação Direito de Inconstitucionalidade Interventiva)
- E) ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade)

52. (CONCURSO CRATO/2021) Compete aos Municípios, dentre outros, exceto:

- A) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- B) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- C) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- D) criar, organizar, fundir e suprimir distritos, observada a legislação municipal;
- E) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;



53. (CONCURSO CRATO/2021) A Ordem Econômica na Constituição Federal é fundada sobre o binômio Capital - Trabalho (livre iniciativa e valorização do trabalho humano), quais são os princípios da Ordem Econômica dentre outros, exceto:

- A) redução das desigualdades regionais e sociais;
- B) busca do pleno emprego;
- C) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- D) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País;
- E) política de refinanciamento de dívidas junto à fazenda pública para a manutenção da margem de lucro da atividade comercial e/ou industrial;

54. (CONCURSO CRATO/2021) Assinale a alternativa INCORRETA. Quanto ao lançamento do imposto:

- A) O lançamento do imposto, em todos os casos, reger-se-á pela lei vigente na data da ocorrência do respectivo fato gerador, ainda que posteriormente modificada.
- B) O lançamento será efetuado com base nas declarações do contribuinte e nos elementos constantes de sua inscrição e compreenderá o período a que se referir.
- C) O lançamento do imposto será feito: I - mediante declaração do próprio contribuinte; II - mediante declaração do responsável pela retenção na fonte e recolhimento do imposto devido por terceiro. III - de ofício;
- D) Tratando-se de lançamento de ofício, o prazo para pagamento do Imposto deverá ser no prazo de dez dias a contar do Ato de notificação.
- E) O Imposto será pago na forma e nos prazos regulamentares.

55. (CONCURSO CRATO/2021) Assinale a alternativa INCORRETA. Quanto a inscrição do imposto:

- A) O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, empresa ou profissional autônomo que se estabelecer ou iniciar as suas atividades no Município, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro de Produtores de Bens e Serviços.
- B) Procedida à inscrição, a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento fornecerá ao contribuinte o cartão de inscrição respectivo, de acordo com modelo a ser definido em ato da Secretaria de Finanças.
- C) O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a criar o Código de Atividade Econômica do Município - CAE, para fins de enquadramento do contribuinte de acordo com a(s) atividade(s) econômica(s) exercida(s) no Município.
- D) Qualquer fato novo que venha alterar os elementos constantes da inscrição do contribuinte no Cadastro de Produtores de Bens e Serviços deverá ser comunicado pelo contribuinte à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias úteis de sua ocorrência.
- E) Será inscrito de ofício, sem prejuízo do lançamento e da multa a que estiver sujeito, o prestador de serviços que deixar de requerer a sua inscrição conforme previsto nesta Seção.

56. (CONCURSO CRATO/2021) Assinale a alternativa INCORRETA. Quanto aos livros e documentos fiscais:

- A) Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são obrigados a manter e utilizar, em cada um de seus estabelecimentos, os livros fiscais destinados ao registro dos serviços prestados, conforme o disposto em regulamento.
- B) O contribuinte será dispensado do uso dos livros fiscais, desde que possua escrita contábil processada por computação eletrônica de dados.
- C) Quando os livros e os documentos fiscais tiverem servido de base a levantamentos fiscais que motivaram a lavratura de auto de infração, deverão ser conservados até o prazo de seis meses após solução definitiva do processo administrativo fiscal respectivo.
- D) Os contribuintes do ISS, quando realizam operação de prestação de serviços, estão obrigados à emissão de documentos fiscais próprios, bem como ao cumprimento das demais obrigações acessórias, conforme dispuser o regulamento.



E) Poderão também ser apreendidos os livros, documentos, papéis, arquivos e mídias digitais, computadores, mercadorias e quaisquer outros equipamentos que constituam prova de infração à legislação tributária.

57. (CONCURSO CRATO/2021) Assinale a alternativa INCORRETA. Quanto a fiscalização dos tributos municipais:

A) é de competência exclusiva de funcionários do Fisco Municipal, no exercício do respectivo cargo com provimento efetivo de fiscal de tributos e do Procurador Geral do Município.

B) O agente do Fisco exibirá ao contribuinte, responsável ou preposto, a sua identidade funcional e o ato designatório que o credencia à prática do ato administrativo.

C) Os funcionários do Fisco Municipal, quando autorizados, exercerão suas atividades de fiscalização sobre todas as pessoas obrigadas ou responsáveis pelo cumprimento de obrigação tributária, inclusive aquelas beneficiadas pela exclusão do crédito tributário.

D) Ao iniciarem os trabalhos de fiscalização os agentes do fisco terão o prazo de 60 (sessenta) dias para concluí-los, salvo quando esteja o contribuinte submetido a regime especial de fiscalização.

E) É facultado ao Fisco Municipal arbitrar valores ou o preço de bens ou serviços, para fins de lançamento de tributos, caso verifique omissão de formalidades legais ou indícios de fraude na escrita fiscal e/ou comercial, ou ainda quando ocorrer desobediência e embaraço a fiscalização.

58. (CONCURSO CRATO/2021) Assinale a alternativa INCORRETA. Quanto ao Processo Administrativo Fiscal:

A) O processo administrativo fiscal tem por finalidade a solução de litígios de natureza tributária na esfera administrativa e a tutela dos direitos e interesses legalmente protegidos, e será orientado pelos princípios de celeridade, simplicidade, informalidade e economia processual, aplicando-se aos litígios tributários em geral.

B) O processo administrativo fiscal compreende: I - a impugnação ou defesa de lançamento de crédito tributário e de aplicação de penalidades; II - o recurso ex officio da decisão proferida em primeira instância.

C) são cabíveis: I - a impugnação, quando o crédito tributário contestado for lançado por meio de notificação ou outro instrumento previsto na legislação; II - a defesa, quando o lançamento do crédito tributário ocorrer por meio de Auto de Infração.

D) Os interessados no processo administrativo fiscal gozarão de todos os direitos e garantias inerentes ao contraditório e a ampla defesa.

E) A impugnação tempestivamente apresentada acarretará efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.

59. (CONCURSO CRATO/2021) Assinale a alternativa INCORRETA. Quanto ao órgão que compete julgar em primeira instância administrativa:

A) as impugnações a lançamentos e a defesa de autos de infração serão decididas, em primeira instância administrativa, por julgador sorteado dentre os fiscais de tributos em atividade, desde que o mesmo não tenha praticado o ato originário.

B) Considera-se iniciado o processo administrativo fiscal com a impugnação do lançamento ou recurso do auto de infração, apresentadas tempestivamente pelo sujeito passivo.

C) Se no curso do procedimento administrativo ocorrer à revelia do interessado, o processo será imediatamente remetido ao órgão competente para a inscrição do débito na Dívida Ativa Municipal.

D) O procedimento administrativo fiscal tem início com a lavratura do Termo de Início de Fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse do Fisco Municipal.

E) O procedimento administrativo fiscal tem início com qualquer ato escrito do agente do fisco que caracterize o início do procedimento para apuração da infração fiscal, de conhecimento prévio do contribuinte fiscalizado.

60. (CONCURSO CRATO/2021) Assinale a alternativa INCORRETA. Quanto ao Consulta Fiscal:

A) É assegurado ao sujeito passivo, ao servidor do fisco municipal, aos sindicatos e entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, formularem consulta sobre aplicação da legislação relativa aos tributos de competência do Município.



- B) Cada consulta deverá referir-se a uma única matéria, admitindo-se a cumulação, na mesma petição, apenas quando se tratarem de questões conexas.
- C) A consulta poderá ser apresentada pelo interessado, seu representante legal ou procurador habilitado.
- D) As consultas relativas a fatos idênticos não poderão ser objeto de uma só decisão, destinando-se cópia do pronunciamento a cada consulente.
- E) Quando inexistir pronunciamento ou legislação específica sobre a matéria consultada, o órgão recebedor poderá encaminhá-la para diligência ou pronunciamento pelo órgão jurídico do Município.